

Demonstrações Financeiras

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

Relatório da Administração

A Administração da Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia

A Brasnorte é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2007, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica no estado do Mato Grosso, proveniente do Leilão ANEEL nº 004/2007.

A Brasnorte é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

Desempenho financeiro - R\$ mil	2020	2019
Receita operacional líquida	28.954	27.810
EBITDA	19.232	21.996
Margem EBITDA	66,42%	79,09%
<i>Reconciliação do EBITDA</i>		
Lucro do exercício	14.351	17.748
Resultado financeiro	(306)	(642)
Depreciação acumulada	1	1
Imposto de renda e contribuição social	5.186	4.889
EBITDA	19.232	21.996

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da Brasnorte e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões em que o Grupo.

Política de Qualidade

A Brasnorte, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$107 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota expli- cativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019		Nota expli- cativa	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			(Reapresentado)	(Reapresentado)				(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativos					Passivos				
<i>Ativos Circulantes</i>					<i>Passivos Circulantes</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.092	153	157	Fornecedores		1.266	899	680
Títulos e valores mobiliários	5	-	16.371	9.566	Passivo de arrendamento	7	54	-	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		3.196	2.769	2.982	Taxas regulamentares		636	546	472
Ativo de contrato de concessão	6	25.447	24.479	23.522	Impostos e contribuições sociais	8	1.081	1.549	876
Impostos e contribuições sociais	8	1.311	1.076	703	Dividendos a pagar	11	103	7.270	6.501
Outras contas a receber		980	577	510	Outras contas a pagar		1.294	787	784
Total dos Ativos Circulantes		34.026	45.425	37.440	Total dos Passivos Circulantes		4.434	11.051	9.313
<i>Ativos Não Circulantes</i>					<i>Passivos Não Circulantes</i>				
Depósitos judiciais		465	456	422	Passivo de arrendamento	7	137	-	-
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		193	180	180	Provisões para riscos fiscais e cíveis	12	202	216	216
Direto de uso	7	182	-	-	Impostos e contribuições sociais diferidos	9	38.127	33.483	33.463
Ativo de contrato de concessão	6	270.447	268.777	279.669	Tributos diferidos	10	25.767	25.581	26.220
Imobilizado		11	9	10	Outras contas a pagar		1.025	1.146	1.607
Outras contas a receber		169	169	134	Total dos Passivos Não Circulantes		65.258	60.426	61.506
Total dos Ativos Não Circulantes		271.467	269.591	280.415	Total dos Passivos		69.692	71.477	70.819
					<i>Patrimônio Líquido</i>				
					Capital social		191.052	191.052	191.052
					Reserva de lucros		38.646	45.217	49.483
					Dividendos adicionais propostos		6.103	7.270	6.501
					Total do Patrimônio Líquido	13	235.801	243.539	247.036
Total dos Ativos		305.493	315.016	317.855	Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		305.493	315.016	317.855

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
			(Reapresentado)
Receita operacional líquida	18	28.954	27.810
Pessoal		(3.544)	(2.702)
Material		(2.905)	(578)
Serviços prestados		(1.812)	(1.302)
Depreciação e amortização		(25)	-
Outros custos operacionais		(248)	(90)
Custos dos serviços prestados	19	(8.534)	(4.672)
Lucro Bruto		20.420	23.138
Pessoal		(386)	(204)
Serviços prestados		(750)	(888)
Depreciação		(1)	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(52)	(50)
Despesas operacionais	19	(1.189)	(1.143)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos		19.231	21.995
Receitas financeiras		380	705
Outras Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(74)	(63)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	20	306	642
Lucro antes dos impostos e das contribuições		19.537	22.637
Imposto de renda e contribuição social correntes		(544)	(1.019)
1Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.642)	(3.870)
Imposto de renda e contribuição social	14	(5.186)	(4.889)
Lucro líquido do exercício		14.351	17.748
Lucro por ação			
Lucro por ação ordinária - básico (em R\$)	17	0,07512	0,09290

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em
31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)**

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	14.351	(Reapresentado) 17.748
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>14.351</u>	<u>17.748</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Incentivo fiscal	Especial			
Saldos em 1º de janeiro de 2019		191.052	6.119	11.185	32.179	6.501	-	247.036
Adoção inicial do CPC 47		-	-	-	-	-	(7.474)	(7.474)
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(6.501)	-	(6.501)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	17.748	17.748
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	888	-	-	-	(888)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	2.784	-	-	(2.784)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	(7.270)	(7.270)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	7.270	(7.270)	-
Compensação de prejuízos acumulados		-	-	-	(7.938)	-	7.938	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	13	191.052	7.007	13.969	24.241	7.270	-	243.539
Aprovação dos dividendos adicionais		-	-	-	(8.716)	(7.270)	-	(15.986)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	14.351	14.351
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal		-	718	-	-	-	(718)	-
Reserva de incentivo fiscal		-	-	1.427	-	-	(1.427)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(103)	(103)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	6.103	(6.103)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13	191.052	7.725	15.396	15.525	6.103	-	235.801

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Nota expli- cativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício		14.351	17.748
Itens do resultado que não afetam o caixa:			
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 18	(17.910)	(20.936)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 18	(10.247)	2.371
Receita de implementação da infraestrutura	18	-	(8.626)
Receita de aplicação financeira	20	(380)	(686)
Juros passivo de arrendamento	7 e 20	11	
Provisão para parcela variável		81	-
Reversão de provisão fiscais, trabalhistas e cíveis	12	(3)	-
Depreciação	19	1	1
Amortização de direito de uso	7 e 19	25	-
Tributos diferidos	18	186	440
Imposto de renda e contribuição social	14	5.186	4.889
		<u>(8.699)</u>	<u>(4.799)</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução do contas a receber de concessionárias e permissionárias		(521)	213
Redução no saldo do ativo de contrato de concessão	6	25.519	24.721
(Aumento) nos impostos e nas contribuições sociais ativos, líquido dos passivos		(149)	(253)
(Aumento) nas outras contas a receber e depósitos judiciais		(411)	(137)
Aumento nos fornecedores		367	219
Aumento nas taxas regulamentares		91	73
Aumento (redução) nas outras contas a pagar		371	(454)
		<u>25.267</u>	<u>24.382</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		16.568	19.583
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.097)	(466)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.471	19.117
Fluxo de caixa pelas atividades de investimento			
Redução (aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		16.751	(6.119)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		16.751	(6.119)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de passivo de arrendamento	7	(27)	-
Pagamento de dividendos	11	(29.256)	(13.002)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		(29.283)	(13.002)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		2.939	(4)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	153	157
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	3.092	153
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		2.939	(4)

As notas e explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a construção, a implantação, a operação e a manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado relativo às linhas de transmissão LT Jubá/Jauru e LT Brasnorte/Nova Mutum, ambas de 230 kV, com aproximadamente 129 e 273 km, respectivamente, e subestações SE Jubá, de 300 MVA, e SE Brasnorte, de 100 MVA, ambas de 230/138 kV, entradas de linha e instalações vinculadas a estas, bem como às demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, conforme consta no Edital de Leilão nº 004/2007, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 17 de março de 2008, a Companhia assinou com a ANEEL o contrato de concessão nº 003/2008 para exploração das linhas de transmissão LT Jubá/Jauru e LT Brasnorte/Nova Mutum, pelo prazo de 30 anos. A construção da linha foi iniciada ao longo de 2008 e concluída em setembro de 2009. Em 04 de fevereiro de 2015, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o Termo de Liberação Definitivo.

Em 31 de maio de 2019, a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") adquiriu 49,7115% de participação na Brasnorte pertencentes à Centrais Elétricas do Brasil S.A. ("Eletrobrás"). Com a aquisição, a Taesa alcançou a participação de 88,376% sobre capital social da Companhia, visto que já possuía uma participação de 38,6645%. Com a aquisição, a Brasnorte deixou de ser uma controlada em conjunto, tornando-se uma controlada da Taesa. Em 30 de agosto de 2019, a Taesa adquiriu mais 11,624% de participação na Brasnorte pertencentes à Bipar Energia, Telecomunicação e Industria Metalúrgica S.A. ("Bipar"), alcançando os 100% de participação na Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Diretoria em 29 de março de 2021.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo de contrato de concessão.

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo da concessão com base nas características econômicas do contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

As margens de construção são definidas com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde foram levados em consideração diversos fatores, como (i) localização e tipo do empreendimento, (ii) expectativa para entrada em operação, (iii) benefícios fiscais, (iv) estrutura de capital, (v) deságio, (vi) capex, dentre outros.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, são reconhecidos: (i) a receita baseada nos gastos incorridos e acrescida pela margem de implementação de infraestrutura, e (ii) os respectivos custos e encargos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelos valores dos custos incorridos a partir do primeiro ano de operação, com base nos valores estimados no momento do leilão, acrescida da margem de operação. Posteriormente, a receita sofrerá alteração em função da inflação, à medida em que ocorrerá a prestação de serviços, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

b) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

e) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

f) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma CPC 06 – R2 aplicou o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento (correções monetárias), para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo “direito de uso”.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST.

2.6. Reapresentação

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia revisou as premissas utilizadas para cálculo do seu ativo de contrato de concessão e identificou alterações relevantes em relação (i) à margem de construção e (ii) à taxa de desconto do fluxo financeiro. A Companhia utilizava a taxa do leilão (WACC ANEEL) para determinar sua margem de construção e remunerar o seu ativo de contrato de concessão. Com a revisão do modelo, a Administração passou a determinar a margem de construção com base em estimativas, julgamentos e expectativas quanto ao projeto, calculando assim uma taxa implícita (TIR) que será utilizada para remunerar o ativo de contrato.

Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira de períodos anteriores, da seguinte forma:

Balço Patrimonial	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	01/01/2019 (Publicado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Impactos
Ativo						
Outros ativos circulantes não afetados	45.425	45.425	-	37.440	37.440	-
Total do Ativo Circulante	45.425	45.425	-	37.440	37.440	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Balço Patrimonial	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	01/01/2019 (Publicado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Impactos
Ativo de contrato de concessão	242.898	268.777	25.879	252.975	279.669	26.694
Outros ativos não circulantes não afetados	814	814	-	746	746	-
Total do Ativo Não Circulante	243.712	269.591	25.879	253.721	280.415	26.694
Total do Ativo	289.137	315.016	25.879	291.161	317.855	26.694
Passivo						
Outros passivos circulantes não afetados	11.051	11.051	-	9.313	9.313	-
Total do Passivo Circulante	11.051	11.051	-	9.313	9.313	-
Impostos e contribuições diferidos	25.499	33.483	7.984	25.227	33.463	8.236
Tributos diferidos	23.187	25.581	2.394	23.751	26.220	2.469
Outros passivos não circulantes não afetados	1.362	1.362	-	1.823	1.823	-
Total do Passivo Não Circulante	50.048	60.426	10.378	50.801	61.506	10.705
Capital social	191.052	191.052	-	191.052	191.052	-
Reserva de lucros	29.716	45.217	15.501	33.494	49.483	15.989
Dividendos adicionais propostos	7.270	7.270	-	6.501	6.501	-
Total do Patrimônio Líquido	228.038	243.539	15.501	231.047	247.036	15.989
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	289.137	315.016	25.879	291.161	317.855	26.694

Demonstração do Resultado do exercício	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Receita Operacional Líquida	28.550	27.810	(740)
Custos operacionais	(4.672)	(4.672)	-
Resultado Bruto	23.878	23.138	(740)
Despesas operacionais	(1.143)	(1.143)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos e contribuições	22.735	21.995	(740)
Resultado financeiro	642	642	-
Resultado antes dos impostos e contribuições	23.377	22.637	(740)
Impostos e contribuições	(5.141)	(4.889)	252
Resultado líquido do exercício	18.236	17.748	(488)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado do exercício	18.236	17.748	(488)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	18.236	17.748	(488)

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Saldo inicial de 1º de janeiro de 2019	231.047	247.036	15.989
Resultado líquido do exercício	18.236	17.748	(488)
Outros itens não afetados	(21.245)	(21.245)	-
Total do Patrimônio Líquido	228.038	243.539	15.501

Fluxo de Caixa	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado líquido do exercício	18.236	17.748	(488)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	(22.518)	(20.936)	1.582
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	3.138	2.371	(767)
Impostos e contribuições	5.141	4.889	(252)
Tributos diferidos	515	440	(75)
Outros itens não afetados	14.605	14.605	-
Fluxo de caixa operacional	19.117	19.117	-
Fluxo de caixa de investimento	(6.119)	(6.119)	-
Fluxo de caixa de financiamento	(13.002)	(13.002)	-
Aumento líquido caixa e equivalentes de caixa	(4)	(4)	-

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação da infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se PIS e COFINS e margem de construção ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas.

A receita de implementação da infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato. A partir do momento em que o empreendimento entra em operação e à medida que a obrigação de desempenho de operar e manter é satisfeita, a Companhia passa a ter o direito incondicional de receber caixa, registrando um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias) e amortizando o ativo de contrato de concessão.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão (taxa implícita definida no início do projeto), por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão, determinado na data de início de cada contrato de concessão.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre arrendamentos.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.4. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.5. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são auferidas, registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado serão destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.8. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor (valores iguais ou inferiores a US\$5). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.9. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	113	153
Aplicações financeiras	2.979	-
	3.092	153

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
CDB	98,58% do CDI	-

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento em cotas de fundos - "Pampulha" - Ativo circulante	-	16.371
Taxa de rentabilidade anual acumulada	-	103,08% do CDI

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Linha de transmissão	31/12/2019 (Reapresentado)	Remuneração	Correção monetária	Recebimento	31/12/2020
Jubá/Jauru e Brasnorte/ Nova Mutum	293.256	17.910	10.247	(25.519)	295.894
Circulante	24.479				25.447
Não Circulante	268.777				270.447

Linha de transmissão	01/01/2019	Outros (*)	Remuneração	Correção monetária	Recebimento	31/12/2019 (Reapresentado)
Jubá/Jauru e Brasnorte/ Nova Mutum	303.191	(3.779)	20.936	(2.371)	(24.721)	293.256
Circulante	23.522					24.479
Não Circulante	279.669					268.777

(*) refere-se a um complemento da adoção inicial do CPC 47 oriundos dos impactos relacionados ao reforço e a taxa WACC do projeto principal.

• Principais características do contrato de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020			Ciclo 2018-2019		
Resolução nº 2.725, de 14/07/2020			Resolução nº 2.565, de 25/06/2019			Resolução nº 2.408, de 28/06/2018		
Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019		
RAP	Parcela de ajuste	Total	RAP	Parcela de ajuste	Total	RAP	Parcela de ajuste	Total
28.004	(77)	27.927	27.559	(774)	26.785	26.213	(838)	25.375

Revisão tarifária - Em junho de 2018, em decorrência da realização da revisão tarifária descrita na cláusula sétima do contrato de concessão assinado entre a Companhia e a ANEEL, que ocorre a cada 5 (cinco) anos, a Companhia teve a sua Receita Anual Permitida - RAP reduzida a partir do ciclo 2018-2019, por meio da Resolução Homologatória 2.405/2018 – ANEEL. Esta redução na RAP para o ciclo 2018-2019 até o final do contrato de concessão impacta diretamente no fluxo de recebimento esperado (contas a receber) da Companhia, redução esta que foi registrada

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

diretamente no resultado do período na rubrica "Receita operacional líquida" no montante aproximado de R\$4.290.

7. ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de arrendamento de imóveis. Os prazos de arrendamento variam entre 12 e 72 meses. Não existem contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento. A Companhia, também, possui arrendamentos com prazos iguais ou inferiores a 12 meses e arrendamentos cujo ativo adjacente é de baixo valor. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor.

a) Direito de Uso

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamentos e pelos custos esperados na desmobilização.

Direito de Uso	31/12/2019	Adição por novos contratos	Depreciação	31/12/2020
Imóveis - Ativo Não Circulante	-	207	(25)	182

b) Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento reconhecidos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros.

Passivo de Arrendamento	31/12/2019	Juros do período	Adição de novos contratos	Contraprestação paga	31/12/2020
Imóveis	-	11	207	(27)	191
Circulante	-				54
Não circulante	-				137

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos dos passivos de arrendamento:

	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 4 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Imóveis	5	9	41	176	-	231

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	2020	2019
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	(25)	-
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	(11)	-
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e a arrendamentos de ativos de baixo valor (incluídas nas linhas de Outros custos e despesas operacionais)	(222)	-
Total reconhecido no resultado	(258)	-

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL a compensar	749	668
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, PIS e COFINS - Lei nº 10.833/03	491	337
Outros	71	71
<u>Ativo circulante</u>	1.311	1.076

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	337	850
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	517	496
INSS, FGTS, ISS e ICMS	172	153
Outros	55	50
Passivo circulante	1.081	1.549

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (a) - Ativo	945	630
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (b) - Passivo	(39.072)	(34.113)
Efeito líquido no balanço - IRPJ e CSLL - Passivo	(38.127)	(33.483)

Referem-se às diferenças temporárias sobre: (a) provisões de rateio de antecipação; e (b) valores referentes à aplicação do CPC47.

Expectativa de realização do IRPJ e da CSLL diferidos ativos	2022	2023	2024	Total
Diferenças temporárias	511	364	70	945

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (*) - Passivo	25.767	25.581

(*) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

11. PARTES RELACIONADAS

I – Outras contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência/ duração	Taxa de juros cobrada/ atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações entre empresas ligadas						
1	Outras contas a receber x Taxa de conservação de CCI - EBTE x Brasnorte	R\$17 Valor mensal	30/11/2010 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de mora 12% a.a./multa 2%/atualização anual.	O contrato somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.	Não houve.
R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita		
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	
Transações entre e empresas ligadas						
1	Reembolso de custo de CCI - EBTE	40	20	237	229	

b) Passivo e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência/ duração	Taxa de juros cobrada/ atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
Transações com empresa ligada						
1	Outras contas a pagar x Custos operacionais - CCI - Brasnorte x Eletronorte (*)	R\$8 Valor mensal	17/11/2009 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de mora 12% a.a./multa 2%/atualização anual pelo IGP-M/mês de referência.	O contrato somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.	Não houve.
Transação com controladora						

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência/duração	Taxa de juros cobrada/atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Garantias e outras informações relevantes
2	Outras contas a pagar x Despesas Operacionais- "BackOffice" - Brasnorte x Taesa	R\$36 Valor mensal	21/05/2018 até 21/05/2023	Multa de 2% a.m. / juros de mora de acordo com o mercado financeiro/atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	CCI - Brasnorte x Eletronorte (*)	-	-	45	57
2	"BackOffice" - Brasnorte x Taesa	42	38	490	501
		42	38	535	558

(*) A Taesa adquiriu a participação da Eletrobrás na Brasnorte em 29 de abril de 2019 (vide nota explicativa nº 1), desta forma a Eletronorte deixou de ser uma empresa ligada à Brasnorte.

II – Dividendos a pagar

	31/12/2019	Adição	Pagamento	Dividendos mínimos obrigatórios	31/12/2020
Dividendos a pagar a Taesa	7.270	21.986	(29.256)	103	103

III - Remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Proporção da remuneração total	31/12/2020	31/12/2019
Diretoria (não há remuneração)	-	-
Conselho Fiscal (remuneração fixa, condicionada à participação em reuniões)	-	100%
Conselho de Administração (não há remuneração)	-	-

Valores reconhecidos no resultado Conselho Fiscal	2020	2019
Remuneração (incluindo encargos)	-	6

12. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos tributários e cíveis.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis, referentes a faixa de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor de R\$201.

	31/12/2019	Baixas	Reversões	31/12/2020
Cíveis	216	(11)	(3)	202

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro 2020, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era de R\$4.760 (R\$ 5.068 em 31 de dezembro de 2019), referentes a causas fiscais, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Referem-se basicamente a ações anulatórias que visam desconstituir autuações fiscais de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS pela entrada de mercadorias no Estado do Mato Grosso, conforme detalhado a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

(i) Créditos tributários cobrados por meio do Aviso de Cobrança da Conta-Corrente Fiscal, lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Mato Grosso, em razão de suposto: (a) não recolhimento do imposto devido na forma da Resolução nº 007/08; (b) não recolhimento do ICMS garantido integral; (c) não recolhimento do ICMS devido em razão do diferencial de alíquota por operações interestaduais; (d) não recolhimento do ICMS substituição tributária transcrita; e (e) não recolhimento do Fundo Partilhado de Investimento Social - FUPIS. A Companhia ajuizou ação anulatória de débito fiscal, com vistas a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o valor do processo era de R\$2.180.

Cancelamento da autuação fiscal nº 936.079 em virtude de suposta: (a) declaração incorreta de informações econômico-fiscais apresentadas por meio de Guia de Informação e Apuração do ICMS - GIA; (b) emissão de documento fiscal com valores diferentes nas suas respectivas vias; (c) ausência de recolhimento/recolhimento a menor do ICMS - estimativa por operação devido na entrada de mercadorias no Estado do Mato Grosso provenientes de outras Unidades da Federação; (d) ausência de recolhimento/recolhimento a menor de ICMS - estimativa simplificada devido pela aplicação da carga média tributária apurada para o Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE em que a empresa se enquadra; e (e) ausência de recolhimento de ICMS devido por ocasião da entrada, no Estado do Mato Grosso, de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação. A Companhia ajuizou Ação Anulatória de Débito Fiscal, com vistas a declarar a inexistência de relação jurídico-tributária, que autorize o Estado de Mato Grosso a realizar a cobrança do crédito em referência. Em 31 de dezembro 2020 e 2019, o valor desse processo era de R\$2.341.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado era de R\$191.052, representado por 191.052.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Acionistas	2020		2019	
	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)	Quantidade de ações ordinárias integralizadas	Capital integralizado (%)
Taesa	191.051.999	99,999999%	191.052.000	100
Marco Antônio Resende Faria	1	0,000001%	-	-
Total	191.052.000	100	191.052.000	100

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76 e (c) Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Estado do Mato Grosso. Esse incentivo, no montante de R\$1.427 em 31 de dezembro de 2020 (R\$2.784 em 31 de dezembro de 2019), foi concedido pela SUDAM na redução de imposto de renda, e é registrado contabilmente na rubrica de Reserva de Incentivo Fiscal. Sua destinação é submetida à aprovação da Assembleia de Acionistas, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

Remuneração aos acionistas - O estatuto social da Companhia não estabelece um percentual de dividendos mínimos obrigatórios aos titulares de ações de qualquer espécie. Dessa forma, conforme o inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, o dividendo mínimo obrigatório será de 50% do lucro líquido, diminuída a importância destinada à reserva legal e ao incentivo fiscal.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício

Destinação do lucro do exercício	2020	2019
Lucro líquido do exercício	14.351	17.748
- Reserva legal (5%)	(718)	(888)
- Reserva de incentivo fiscal	(1.427)	(2.784)
- Dividendos obrigatórios (residual)	(103)	(7.270)
- Dividendos adicionais propostos	(6.103)	(7.270)
- Dividendos intercalares pagos, atribuídos aos dividendos obrigatórios	(6.000)	-
- Prejuízos acumulados (*)	-	464

(Destinação) compensação de lucros (prejuízos) acumulados	2020	2019
- Lucros acumulados - 01/01/2019	-	15.989
- Reserva especial	-	(15.989)
- Lucros acumulados - 31/12/2019	-	-
- Prejuízos acumulados - 31/12/2019 (*)	-	(464)
- Ajustes adoção de normas - 31/12/2019	-	(7.474)
- Reserva especial	-	7.938
- Lucros (prejuízos) acumulados - 01/01/2020	-	-

(*) Como o Lucro de 2019 reapresentado diminuiu, os valores de dividendos obrigatórios e adicionais foram mantidos, conforme destinação anterior, visto que ambos já foram aprovados.

14. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre o lucro líquido com base regime tributário do lucro real.

	2020	2019 (Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(544)	(1.019)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.642)	(3.870)
	(5.186)	(4.889)

Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM - Em 31 de dezembro de 2019, o Ministério da Integração Nacional, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, emitiu os Laudos Constitutivos nº 239/2018 e nº 240/2018 que outorgam à Companhia benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pelas unidades produtivas localizadas nas áreas de atuação da SUDAM. O benefício é calculado mensalmente sobre o lucro de exploração referente às linhas Brasnorte/Nova Mutum e Jubá/Jauru, localizadas integralmente no Estado do Mato Grosso, fazendo parte da área incentivada pela SUDAM. Os Atos Declaratórios Executivos serão expedidos pela RFB em até 120 (cento e vinte) dias, contados da apresentação do pedido de reconhecimento do direito à redução de 75% do IRPJ na unidade da SRF a que está jurisdicionada a pessoa jurídica solicitante (estabelecimento matriz).

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro antes dos impostos	19.537	22.637
Despesa de imposto de renda e contribuição social (alíquota de 34%)	(6.643)	(7.696)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM	1.427	2.784
Outros	30	23
Despesa de imposto de renda e contribuição social - resultado	(5.186)	(4.889)
Alíquota efetiva	26%	21%

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Danos materiais - valor em risco	Prêmio
Responsabilidade civil geral - RCG	AXA Seguros	20/09/20 a 19/09/21	10.000	-	1
Risco operacional - RO	Mapfre Seguros	02/12/19 a 01/06/21	-	49.296	75
Directors & Officers	Zurich Seguros	18/09/20 a 18/09/21	45.000	-	1
Seguro veículos - frota	Tokyo Marine	24/12/19 a 05/03/21	100% Tabela FIPE	100% Tabela FIPE	8

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de mercado (risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

16.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

16.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras de curto prazo	2.979	16.371
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	112	153
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	3.389	2.949
	6.480	19.473
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	1.266	899
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	1.025	1.146
	2.291	2.045

16.4 Risco de mercado

16.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixados sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

16.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (i)	2,75%	4,50%

(i) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), 12 de março de 2021 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - dezembro de 2020 - (redução)
Ativos financeiros – Aplicações financeiras de curto prazo - CDI	2.979	52

16.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito (“ratings”) satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todas as transmissoras; (ii) as garantias financeiras fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

16.6. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

16.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

16.7.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo e Títulos e valores mobiliários	4 e 5	2.979	16.371	Nível 2

17. LUCRO POR AÇÃO

	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro do exercício	14.351	17.748
Quantidade de ações ordinárias (lote de mil)	191.052	191.052
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,07512	0,09290

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2020	2019 (Reapresentado)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17.910	20.936
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	10.247	(2.371)
Operação e manutenção	2.538	2.448
Receita de implementação de infraestrutura	-	8.626
Parcela variável (a)	(275)	(10)
Outras Receitas	2.727	2.576
Receita operacional bruta	33.147	32.205
PIS e COFINS correntes	(2.799)	(2.750)
PIS e COFINS diferidos	(186)	(440)
Encargos setoriais (b)	(1.208)	(1.205)
Deduções da receita	(4.193)	(4.395)
Receita operacional líquida	28.954	27.810

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis de IRPJ e CSLL	2020	2019 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	33.147	32.205
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(14.601)	(11.380)
Receita operacional bruta tributável	18.546	20.825

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão.

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

19. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2020	2019
-Remuneração direta	(2.150)	(1.764)
-Benefícios	(946)	(482)
-FGTS e INSS	(834)	(660)
Pessoal	(3.930)	(2.906)
Materiais	(2.904)	(578)
Serviços de terceiros	(2.562)	(2.190)
Depreciação e amortização	(26)	(1)
Outros custos e despesas operacionais	(300)	(140)
Total custos e despesas	(9.722)	(5.815)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: Custos de aquisição de materiais, serviços prestados e outros custos utilizados na fase de construção e na manutenção das linhas de transmissão.

Custos e despesas com serviços de terceiros - Custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, multimídia, consultorias e despesas com back-office, serviços advocatícios, serviços gráficos, viagens e auditoria.

Outros custos e despesas operacionais: Custos com aluguéis, condomínio, material de consumo, seguros, impostos e taxas; e despesas com condomínios, aluguéis e patrocínios.

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Renda de aplicação financeira	380	686
Outras receitas financeiras	-	19
Receitas financeiras	380	705
Juros de arrendamentos	(11)	-
Outras despesas financeiras	(63)	(63)
Despesas financeiras	(74)	(63)
	306	642

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2020, 10% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (em 31 de dezembro de 2019 não havia participantes).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 11 – Partes Relacionadas.

22. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Compensação ambiental - Em 31 de dezembro de 2020, não existiam projetos de compensação ambiental em andamento com relação ao órgão licenciador - Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso - SEMA/MT. Não há saldos a pagar registrados no balanço patrimonial. Em relação à Fundação Nacional do Índio - FUNAI, existe uma obrigação de realizar projetos de compensação ambiental no valor total de R\$390, valor previsto para ser investido em 2021.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Operação e manutenção dos ativos - Realizadas pela própria Companhia.

Aspectos ambientais - Os empreendimentos estão regulares com suas obrigações ambientais e devidamente licenciados (licenças de operação vigentes).

Licenças ambientais			
Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Data de vencimento
Jubá/Jauru	318660/2019	04/01/2019	03/01/2022
Brasnorte/Nova Mutum	317327/2018	30/05/2018	29/05/2021

* * * * *

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)**

Diretoria	
Nome	Cargo
Marco Antônio Resende Faria	Diretor sem designação específica
Fábio Antunes Fernandes	Diretor sem designação específica

Conselho de Administração
Marco Antônio Resende Faria
Fábio Antunes Fernandes
Cargo vago
Cargo vago
Cargo vago

**Luiz Carlos de Andrade
Contador
CRC-076013/O-3
CPF nº 696.385.517-04**